

INVESTINDO NO FUTURO DAS BACIAS PCJ



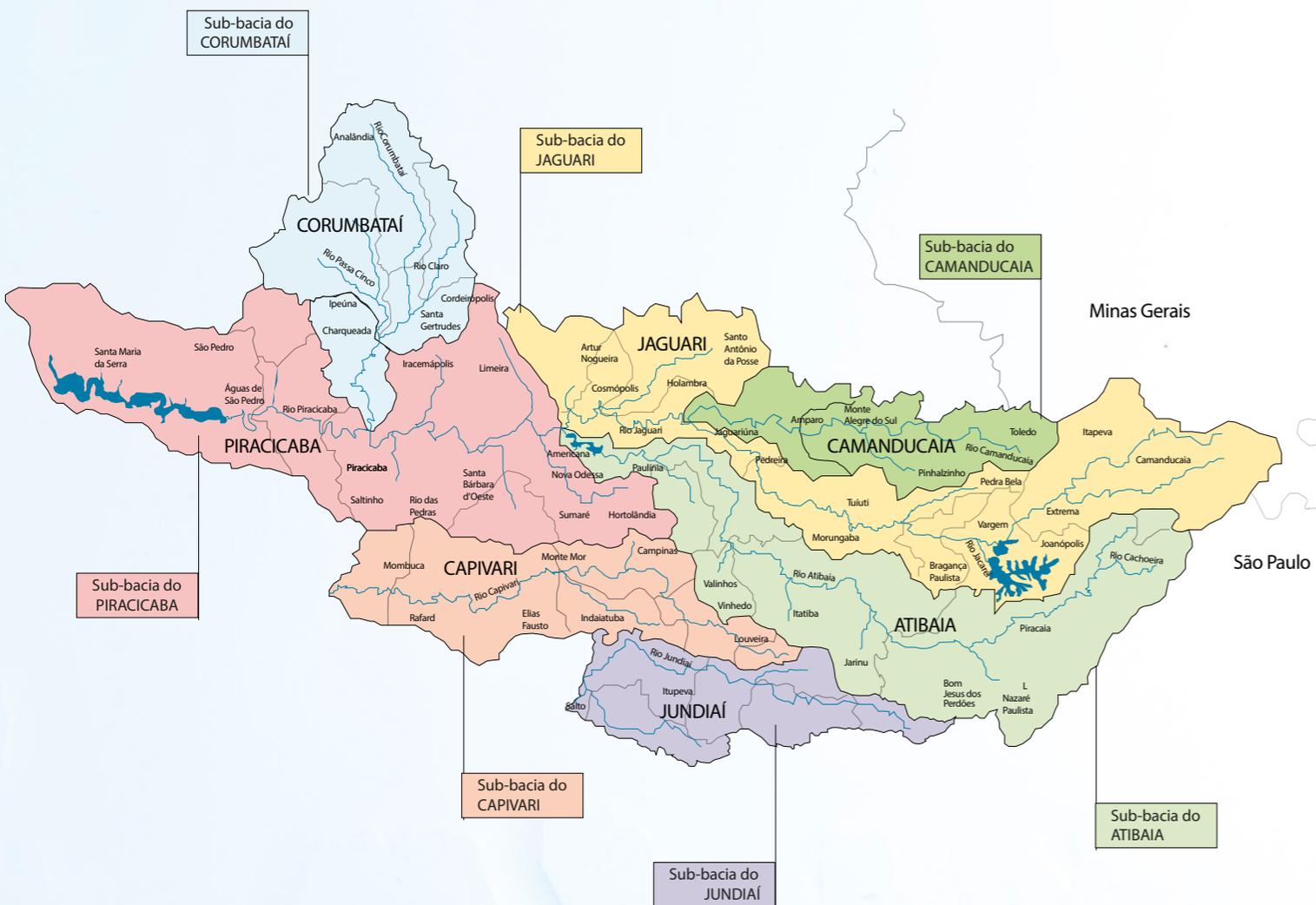
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS
2019

Sumário

Você sabe o que é a cobrança pelo uso da água?.....	5
Afinal, do que se trata?	7
Quando a cobrança começou e quem é que paga pelo uso da água?.....	7
Quanto é cobrado?	8
Atualmente, os valores cobrados são:	9
O que é feito com os recursos?	10
Quanto foi arrecadado desde o início da cobrança?	10
Como são distribuídos e administrados os recursos arrecadados?	14
Aplicação dos recursos financeiros.....	16
Quanto e em que são investidos os valores das COBRANÇAS PCJ?.....	18
Quais os benefícios alcançados com a cobrança?	20



Bacias PCJ



Você sabe o que é a cobrança pelo uso da água?

Antes de responder esta pergunta, vamos conhecer a Fundação Agência das Bacias PCJ.

A instituição é responsável por administrar e distribuir os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

A Agência das Bacias PCJ foi criada em novembro de 2009 para atuar como secretaria-executiva dos Comitês PCJ. Também é responsável por executar as ações previstas no Plano das Bacias PCJ. Os Comitês PCJ são formados por três órgãos colegiados (paulista, federal e mineiro), que são as instâncias máximas para a tomada de decisões sobre a gestão de recursos hídricos nas Bacias PCJ. A Agência das Bacias PCJ é quem executa as ações deliberadas pelos Comitês PCJ e constantes do Plano das bacias PCJ.

E é na gestão dos recursos hídricos que entra a cobrança pelo uso da água. A implantação dessa cobrança foi um importante passo dos Comitês PCJ para a recuperação, conservação e preservação dos corpos d'água superficiais e subterrâneos, visando à garantia de atendimento aos usuários das águas das Bacias PCJ. 



Rio Jaguarí Sapucaí Mirim / MG

Acervo da Fundação Agência das
Bacias PCJ

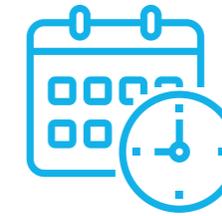


Afinal, do que se trata?

A Cobrança pelo uso da água não deve ser considerada como mais um imposto, mas sim uma remuneração pelo uso de um bem público. É um dos instrumentos previstos na Lei das Águas (Lei nº 9.433/97), que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos.

Seu objetivo é estimular o uso racional e sustentável da água, coibindo os desperdícios e o uso indevido do bem – situação que acarreta prejuízo ambiental no curto, médio e longo prazos. Além disso, é uma forma de gerar recursos financeiros para investimentos na recuperação e preservação dos mananciais na região.

A cobrança é um preço público condominial, fixado a partir de um pacto entre os usuários e respectivo Comitê de Bacia, com o apoio técnico da Agência Nacional de Águas (ANA), em rios de domínio da União. Ela teve início em função das condições de escassez em quantidade e/ou qualidade – a água deixou de ser um bem livre e passou a ter valor econômico. 💧



Quando a cobrança começou e quem é que paga pelo uso da água?

Nas Bacias PCJ, existem três tipos de cobrança pelo uso da água, conforme a dominialidade dos rios: a Cobrança PCJ Federal, que incide nos rios de domínio da União; a Cobrança PCJ Paulista, nos rios de domínio do Estado de São Paulo; e a Cobrança PCJ Mineira, nos rios de domínio do Estado de Minas Gerais.

Os valores arrecadados são cobrados de serviços de saneamento, indústrias e proprietários rurais que fazem uso da água (captação, consumo e lançamento de esgoto).

A primeira cobrança implantada efetivamente foi a Cobrança PCJ Federal, em 2006, tendo como base a Lei das Águas (Lei Federal nº 9.433/1997). No ano seguinte, foi implantada a Cobrança PCJ Paulista (Lei estadual nº 7.663/1991). E, em 2010, foi instituída a Cobrança PCJ Mineira (Lei estadual nº 13.199/1999). 💧



Quanto é cobrado?

Quando a primeira cobrança pelo uso da água foi implantada, em 2006, houve uma progressividade aprovada pelos Comitês PCJ, na qual foram cobrados 60% dos valores fixados no primeiro ano; 75% em 2007 e o valor integral em 2008.

Evolução dos valores da cobrança



Na ocasião, os valores cobrados eram de R\$ 0,01 (um centavo) por metro cúbico de água captada, R\$ 0,02 (dois centavos) por metro cúbico de água consumida (água que não retorna ao rio nem mesmo em forma de esgoto), R\$ 0,10 (10 centavos) por quilo de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) lançado em corpo d'água e R\$ 0,015 (um centavo e meio) por metro cúbico de água captada e transposta para outra bacia (caso do Sistema Cantareira).

Rio Piracicaba Piracicaba / SP

Acervo da Fundação Agência das
Bacias PCJ

Atualmente, os valores cobrados são:

COBRANÇA PCJ PAULISTA (Vigentes desde 01/01/2016)		
Tipos de Usos	Unidade	Valores dos Preços Unitários Básicos (PUBs)
Captação, Extração e Derivação	R\$/m ³	0,0127
Consumo de água bruta	R\$/m ³	0,0255
Lançamento de carga orgânica (DBO _{5,20})	R\$/Kg	0,1274

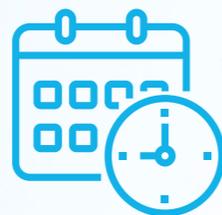
COBRANÇA PCJ FEDERAL (Vigentes em 2019)		
Tipos de Usos	Unidade	Valores dos Preços Unitários Básicos (PUBs)
Captação, Extração e Derivação	R\$/m ³	0,0136
Consumo de água bruta	R\$/m ³	0,0274
Lançamento de carga orgânica (DBO _{5,20})	R\$/Kg	0,1368
Transposição de bacia	R\$/m ³	0,0205

COBRANÇA PCJ MINEIRA (Vigentes desde 01/01/2010)		
Tipos de Usos	Unidade	Valores dos Preços Unitários Básicos (PUBs)
Captação de água bruta superficial	R\$/m ³	0,01
Captação de água bruta subterrânea	R\$/m ³	0,0115
Consumo de água bruta	R\$/m ³	0,02
Lançamento de carga orgânica (DBO _{5,20})	R\$/Kg	0,10
Transposição de bacia	R\$/m ³	0,015



O que é feito com os recursos?

Os recursos financeiros da cobrança são aplicados na própria região das Bacias PCJ, na qual foram arrecadados com base nos programas, projetos e obras previstos no Plano de Bacias PCJ, aprovados pelos Comitês PCJ. O Plano apresenta um programa de investimentos para recuperação e preservação dos recursos hídricos, concebido a partir de consultas populares em todas as regiões das Bacias PCJ e com base em avaliações técnicas. 💧

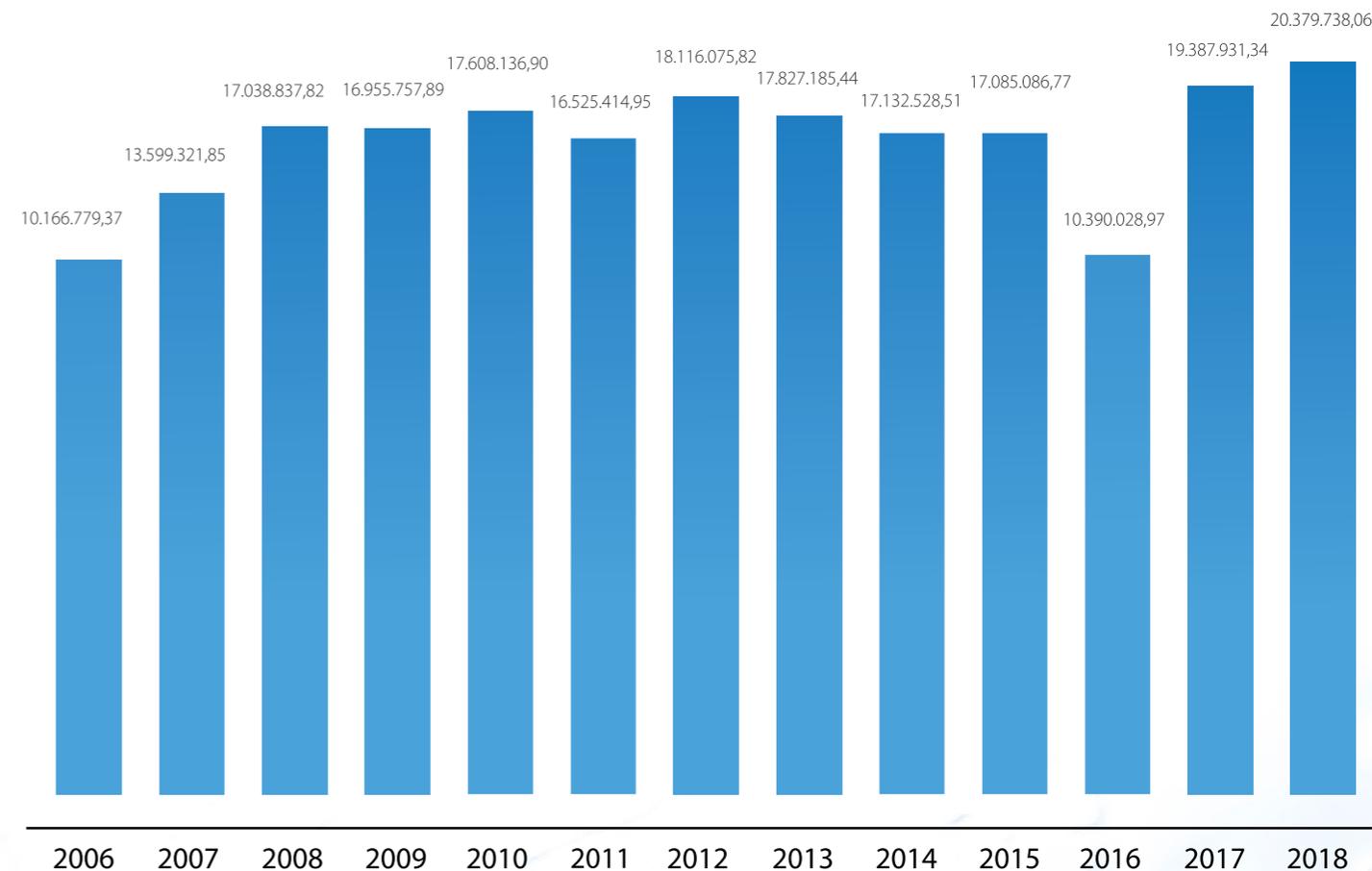


Quanto foi arrecadado desde o início da cobrança?

Entre 2006 e 2018, foram arrecadados R\$ 403.769.657,11 com a cobrança pelo uso de recursos hídricos nas Bacias PCJ (Cobranças PCJ Paulista, Federal e Mineira).

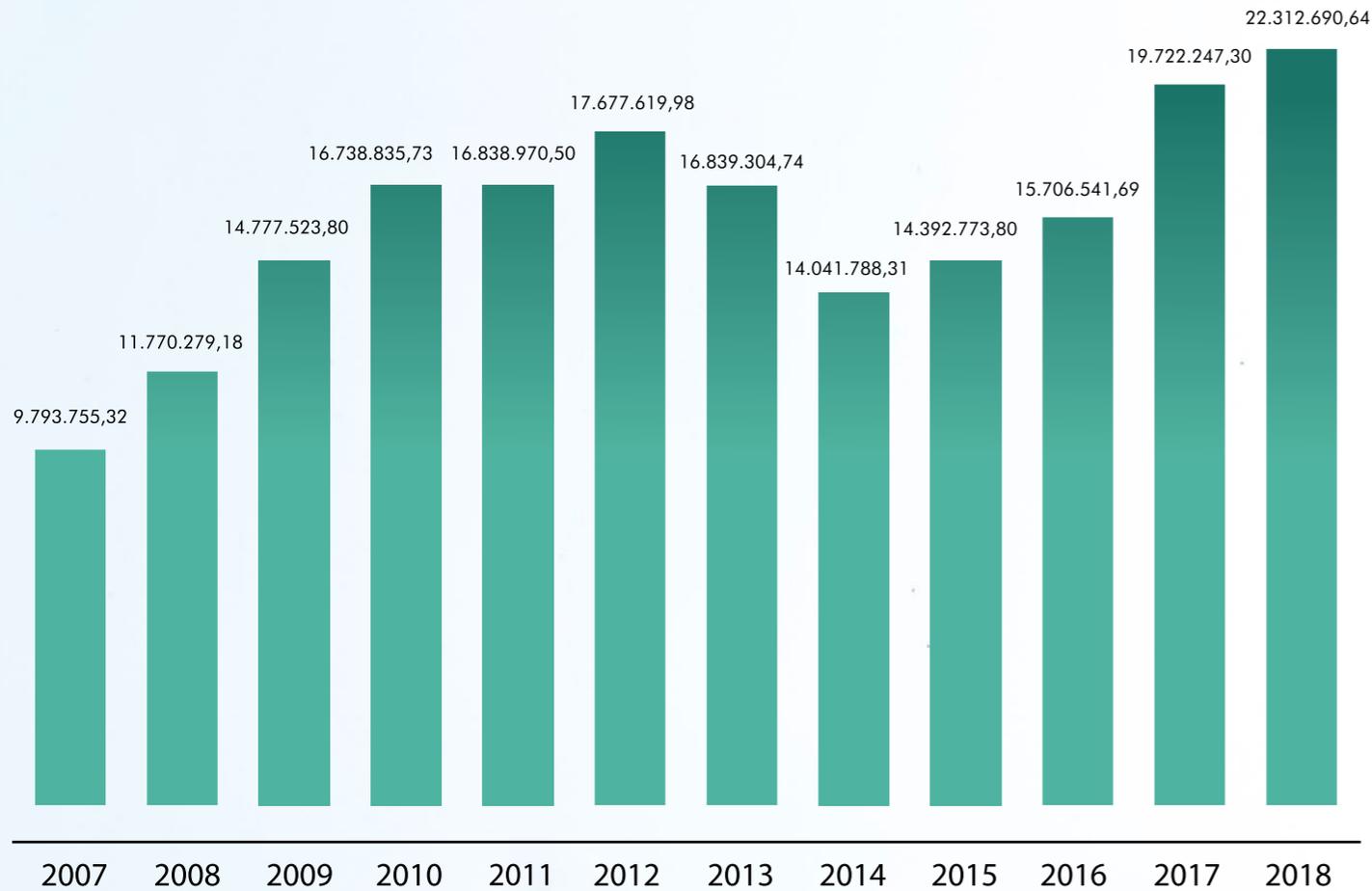
Com a cobrança federal foram arrecadados aproximadamente R\$ 212,2 milhões entre 2006 e 2018. A cobrança paulista arrecadou cerca de R\$ 190,6 milhões entre 2007 e 2018. Já a cobrança mineira arrecadou em torno de R\$ 944,5 mil, entre 2010 e 2018. 💧

Cobrança PCJ Federal



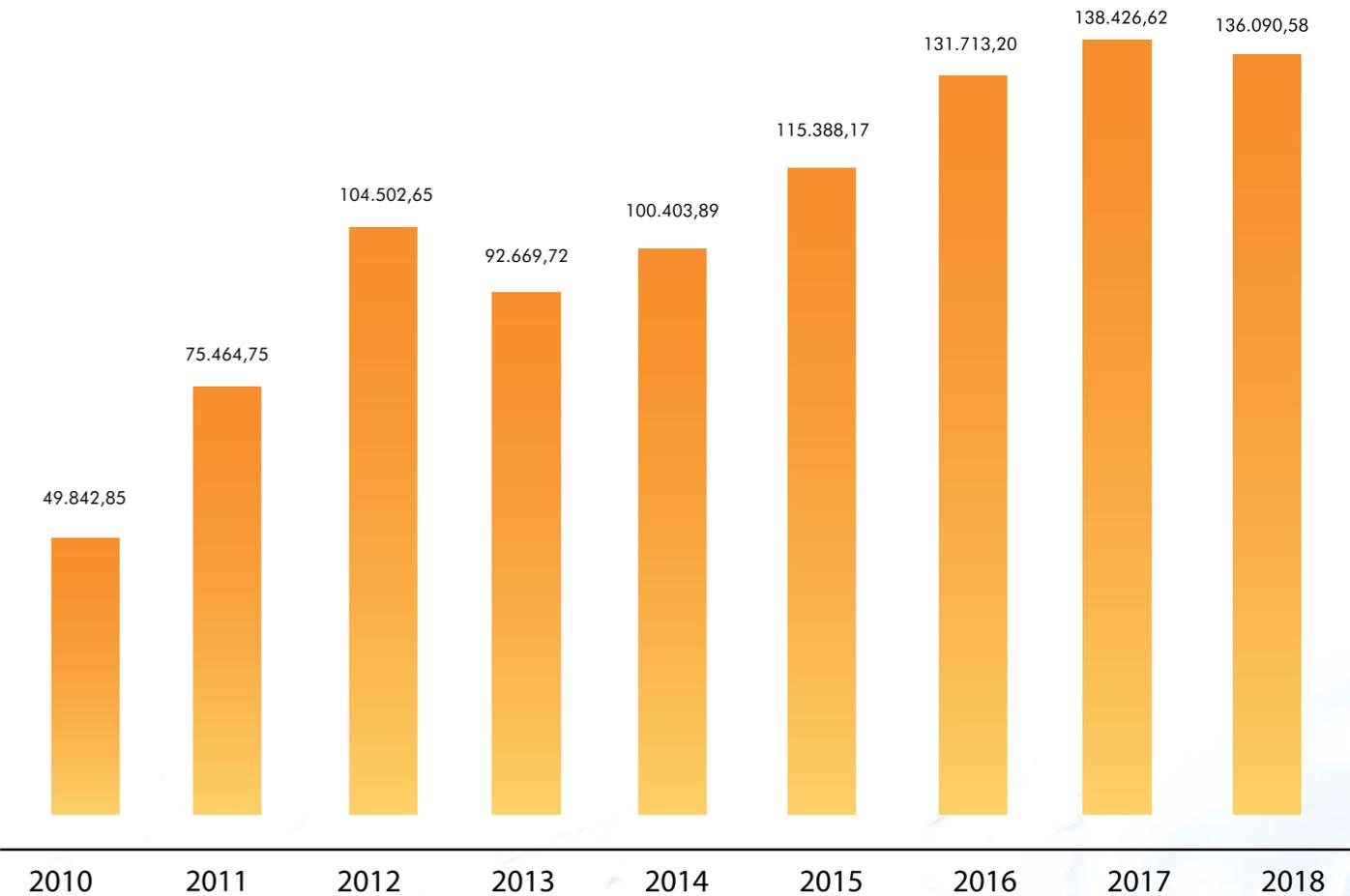
Total: R\$ 212.212.823,69

Cobrança PCJ Paulista



Total: R\$ 190.612.330,99

Cobrança PCJ Mineira



Total: R\$ 944.502,43



Como são distribuídos e administrados os recursos arrecadados?

Cabe à Agência das Bacias PCJ e aos Comitês PCJ a condução do processo de seleção dos projetos prioritários, serviços e obras a serem beneficiados com os recursos das cobranças PCJ. Os critérios de triagem, aprovados pelos Comitês PCJ, são essencialmente técnicos e de domínio público.

A Agência das Bacias PCJ é responsável pelo repasse dos recursos e pela fiscalização da execução das ações.

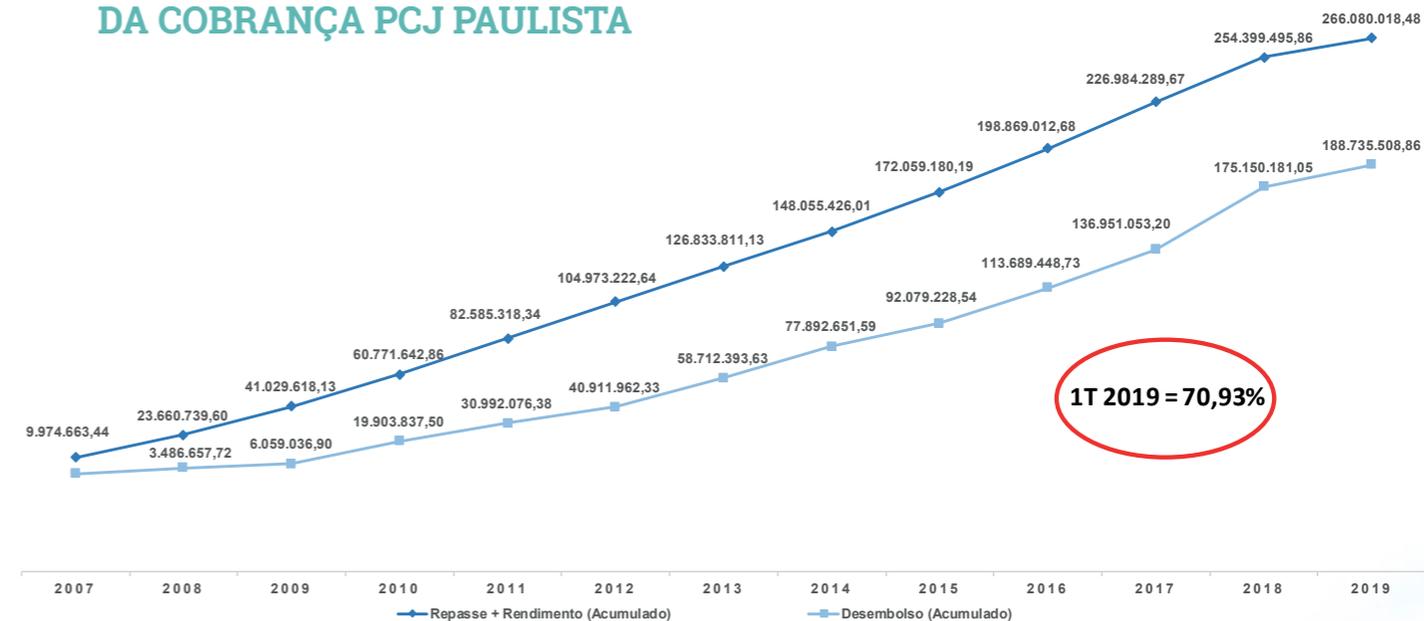
Entre 1994 e 2018, foram investidos R\$ 708.899.854,46 em empreendimentos voltados ao tratamento de esgoto, combate às perdas de água, proteção e preservação de mananciais; educação ambiental, entre outros.

Do montante citado, R\$208.079.247,92 referem-se a contrapartida dos municípios contemplados com os recursos deliberados pelos Comitês PCJ.

Os empreendimentos e projetos contratados estão enquadrados dentro de nove Programas de Duração Continuada (PDC).

A Cobrança PCJ Paulista foi responsável pelo direcionamento de cerca de R\$ 207 milhões, entre 2007 e 2018, para ações de proteção, recuperação, controle e conservação de recursos hídricos. A Cobrança PCJ Federal repassou R\$ 211,1 milhões no período de 2008 a 2018. Já entre 1994 e 2017, o Fehidro direcionou cerca de R\$ 81,8 milhões em compensação/royalties do setor hidrelétrico. 

EVOLUÇÃO DO DESEMBOLSO DA COBRANÇA PCJ PAULISTA





Rio Jaguari Sapucai Mirim / MG

Acervo da Fundação Agência das
Bacias PCJ

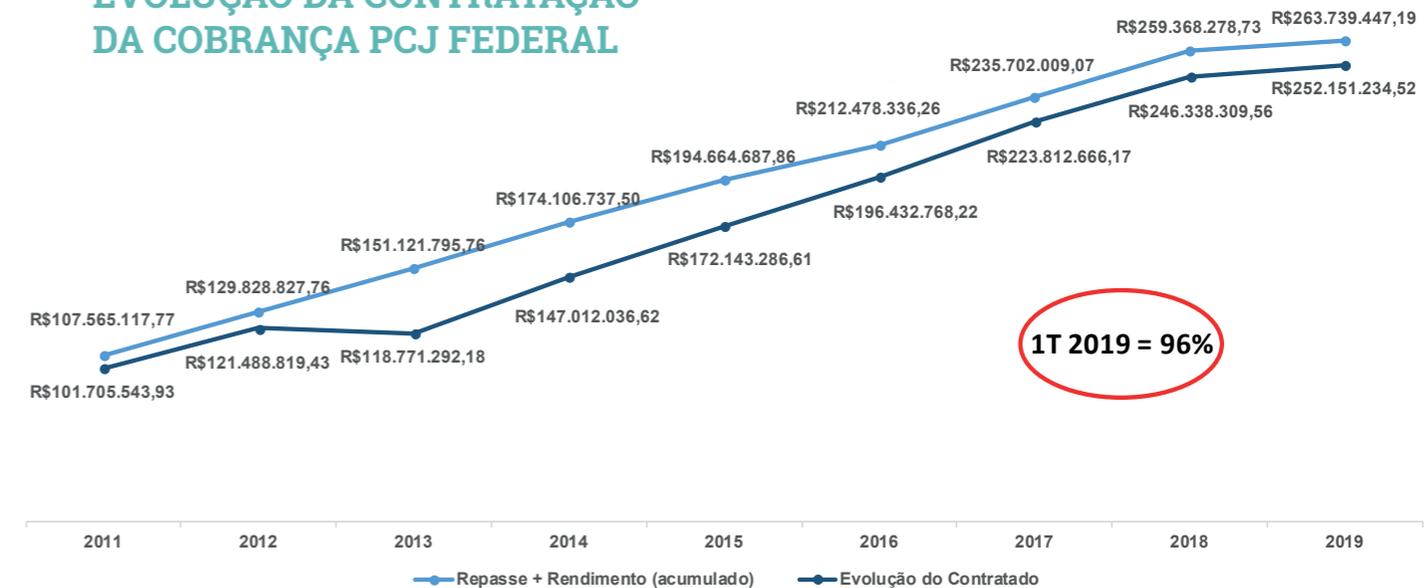


Aplicação dos recursos financeiros

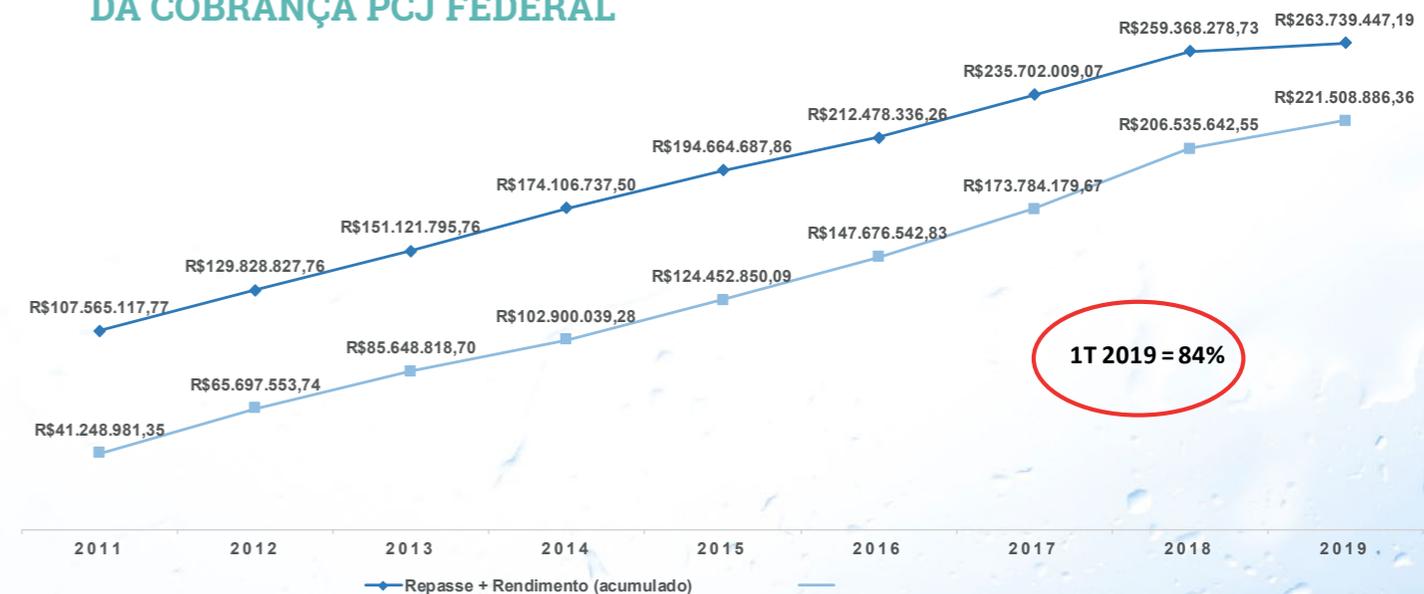
Desde o início da Cobrança PCJ Federal, em 2006, do total arrecadado, 96% foram efetivamente contratados e 84% desembolsados pela Agência das Bacias PCJ.

Em 2011, a Agência das Bacias PCJ assinou o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 para exercer as funções de Agência de Água em rios de domínio da União nas Bacias PCJ. Uma das metas do documento é o desembolso acumulado dos recursos da Cobrança PCJ Federal em relação ao repasse realizado pela ANA e os rendimentos de aplicação financeira de tais recursos. A meta estabelecida é de 50%, o que mostra que a entidade tem cumprido sua meta de forma satisfatória. 💧

EVOLUÇÃO DA CONTRATAÇÃO DA COBRANÇA PCJ FEDERAL



EVOLUÇÃO DO DESEMBOLSO DA COBRANÇA PCJ FEDERAL



Quanto e em que são investidos os valores das COBRANÇAS PCJ?

	PROGRAMAS	REPASSE	CONTRAPARTIDA	VALOR TOTAL
COMPENSAÇÃO/ ROYALTIES 1994 a 2018	Base de dados, Cadastros, Estudos e Levantamentos	R\$ 5.281.749,87	R\$ 2.583.175,42	R\$ 7.864.925,29
	Gerenciamento dos Recursos Hídricos	R\$ 368.578,32	R\$ 251.783,55	R\$ 620.361,87
	Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgotos	R\$ 26.298.993,74	R\$ 29.748.546,05	R\$ 56.047.539,79
	Reflorestamento	R\$ 2.363.238,60	R\$ 1.001.982,60	R\$ 3.365.221,20
	Controle de perdas	R\$ 32.794.106,39	R\$ 12.036.082,89	R\$ 44.830.189,28
	Aproveitamentos dos Recursos Hídricos	R\$ 348.900,00	R\$ 31.932,50	R\$ 380.832,50
	Eventos hidrológicos extremos	R\$ 8.797.339,71	R\$ 1.889.517,49	R\$ 10.686.857,20
	Educação ambiental	R\$ 1.917.345,43	R\$ 624.191,06	R\$ 2.541.536,49
	Prevenção e Defesa contra Erosão do Solo e o Assoreamento dos Corpos d'água	R\$ 3.648.564,52	R\$ 1.365.967,99	R\$ 5.014.532,51
	TOTAL	R\$ 81.818.816,58	R\$ 49.533.179,55	R\$ 131.351.996,13

	PROGRAMAS	REPASSE	CONTRAPARTIDA	VALOR TOTAL
COBRANÇA MINEIRA 2010 a 2018	Eventos hidrológicos extremos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Outras Ações	R\$ 800.000,00	-	R\$ 800.000,00
TOTAL	R\$ 800.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 800.000,00

	PROGRAMAS	REPASSE	CONTRAPARTIDA	VALOR TOTAL
COBRANÇA FEDERAL 2006 a 2018	Base de dados, Cadastros, Estudos e Levantamentos	R\$ 37.326.234,57	R\$ 710.133,53	R\$ 38.036.368,10
	Gerenciamento dos Recursos Hídricos	R\$ 12.046.479,66	R\$ 0,00	R\$ 12.046.479,66
	Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgotos	R\$ 57.878.688,11	R\$ 50.181.564,07	R\$ 108.060.252,18
	Reflorestamento	R\$ 5.262.187,36	R\$ 1.270.973,04	R\$ 6.533.160,40
	Controle de perdas	R\$ 93.727.055,78	R\$ 39.781.399,41	R\$ 133.508.455,19
	Aproveitamentos dos Recursos Hídricos	R\$ 217.735,00	R\$ 51.061,40	R\$ 268.796,40
	Eventos hidrológicos extremos	R\$ 712.215,74	R\$ 226.830,33	R\$ 939.046,07
	Educação ambiental	R\$ 3.936.080,32	R\$ 0,00	R\$ 3.936.080,32
	TOTAL	R\$ 211.106.676,54	R\$ 92.221.961,78	R\$ 303.328.638,32

	PROGRAMAS	REPASSE	CONTRAPARTIDA	VALOR TOTAL
COBRANÇA PAULISTA 2007 a 2018	Base de dados, cadastros, estudos e levantamentos	R\$ 10.389.009,42	R\$ 1.362.772,25	R\$ 11.751.781,67
	Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgotos	R\$ 138.474.257,57	R\$ 47.471.995,70	R\$ 185.946.253,27
	Controle de perdas	R\$ 54.336.035,42	R\$ 16.546.518,55	R\$ 70.882.553,97
	Outras ações	R\$ 3.895.811,01	R\$ 942.820,09	R\$ 4.838.631,10
TOTAL	R\$ 207.095.113,42	R\$ 66.324.106,59	R\$ 273.419.220,01	



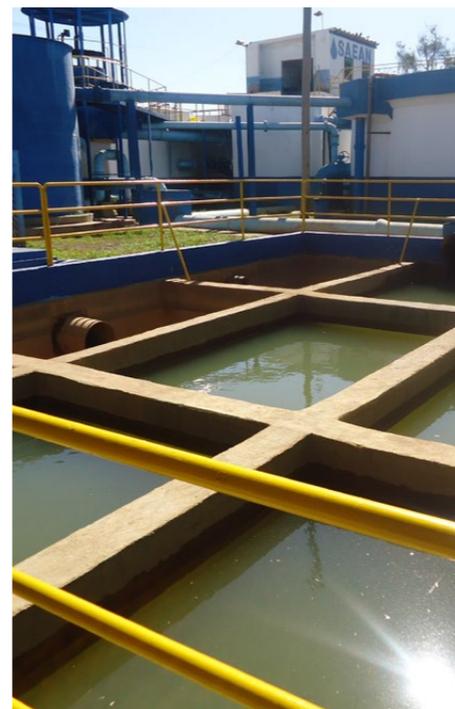
Quais os benefícios alcançados com a cobrança?

A cobrança pelo uso da água gerou recursos que financiaram diversas ações e possibilitaram inúmeras melhorias em diferentes áreas. Hoje, a maior parte dos municípios das Bacias PCJ conta com índice de atendimento de coleta de esgoto superior a 90%. Além disso, 75% de todo o esgoto gerado nas cidades da região passam por tratamento. Em 2012, esse índice era de 59%.

O Ranking da Universalização do Saneamento 2019, realizado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), mostra que três dos 10 melhores municípios do levantamento nacional integram os Comitês PCJ. Piracicaba segue em primeiro lugar pelo terceiro ano consecutivo. Em segundo lugar está Rio Claro. Salto aparece na sétima colocação.

O estudo levou em conta cinco indicadores: abastecimento d'água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e destinação do lixo doméstico. Além dos três municípios citados, também aparecem entre os 33 de grande porte na categoria "Rumo à universalização", Hortolândia, Jundiaí, Paulínia, Itu e Limeira.

A Agência das Bacias PCJ também tem atuado em diferentes ações que lutam pela preservação do meio ambiente. O Projeto Nascentes Analândia é um exemplo. A iniciativa abrange área de 1.750 hectares e envolve 18 propriedades que contam com benefícios referentes às práticas de adequação ambiental, entre elas, o reflorestamento. ♻️



Artur Nogueira



Holambra



Jaguariuna



Louveira



Nova Odessa



Nova Odessa



**Rio Atibaia
Paulínia / SP**

Acervo da Fundação Agência das
Bacias PCJ



INVESTINDO NO FUTURO DAS BACIAS PCJ



Rua Alfredo Guedes, nº 1949 | sala 604 | Ed. Racz Center
CEP 13416-901 | Piracicaba/SP
Telefone: (19) 3437-2100
www.agencia.baciaspcj.org.br | www.comitespcj.org.br